

Acórdão do Tribunal Constitucional – Arbitragem necessária em matéria de medicamentos de referência e medicamentos genéricos e invalidade de patente

No **Acórdão n.º 251/2017**, de 24 de Maio de 2017, o Tribunal Constitucional pronunciou-se pela inconstitucionalidade da norma resultante da interpretação conjugada do artigo 2.º da **Lei n.º 62/2011**, de 12 de Dezembro e dos artigos **35.º, n.º 1, e 101.º, n.º 2**, do Código da Propriedade Industrial, segundo a qual, em sede de arbitragem necessária instaurada em matéria de medicamentos de referência e medicamentos genéricos, ao abrigo da Lei n.º 62/2011, de 12 de Dezembro, *“a parte não se pode defender, por exceção, mediante invocação da invalidade de patente, com meros efeitos inter partes”*.

Admite-se, assim, a possibilidade de o tribunal arbitral necessário decidir, a título incidental, sobre a (in)validade de uma patente, ainda que com eficácia meramente circunscrita às partes.

Este Acórdão assume uma significativa importância prática porquanto veio responder a questões que têm sido levantadas até agora em diversos processos. Caso esta orientação venha a ser seguida em situações futuras, evitar-se-á a necessidade de instauração, junto do Tribunal de Propriedade Intelectual, de acção declarativa de invalidade de patente relativamente à qual tenha sido iniciado processo de arbitragem pela sua infracção e, bem assim, a necessidade de suspensão da instância no tribunal arbitral. Evitam-se ainda os prejuízos daqui decorrentes para a celeridade do processo arbitral e a limitação do direito de defesa do requerente da autorização de introdução no mercado (AIM) inerente à norma agora declarada inconstitucional.

Ana Sofia Simões

Contactos:
as@slcm.pt

slcm.pt

Rua General Firmino Miguel nº3 Torre 2 - 12º // 1600-100 Lisboa Portugal
Tel: +351 21 723 40 00 // Fax: +351 21 723 40 29 // slcm@slcm.pt // www.sbcm.pt

Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, RL // Ins. Ordem dos Advogados nº 18/89

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação